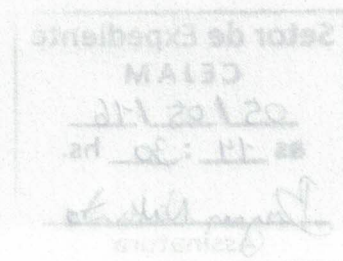




DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO
DE
2015





ÍNDICE

Página(s)

Balanço Patrimonial	2 e 3
Demonstração dos Resultados	4
Demonstração das Mutações Patrimoniais	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Notas Explicativas	7 à 21



BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(em Reais)

ATIVO	Notas	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Fundo Fixo de Caixa	4	2.100,00	2.100,00
Bancos - Contas Movimento	5	5.970,62	248.862,97
Adiantamentos a Fornecedores		251.161,23	317.493,69
Adiantamentos a Empregados	6	371.720,28	303.148,63
Impostos Recuperáveis		6.485,31	6.485,31
Outros Créditos		1.557.561,11	361.346,60
Estoques	7	1.438.999,92	1.493.633,50
Despesas Antecipadas		153.799,15	122.994,13
		3.787.797,62	2.856.064,83
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	7.990.319,09	9.809.254,73
Intangível	9	119.803,09	139.282,06
		8.110.122,18	9.948.536,79
TOTAL DO ATIVO		11.897.919,80	12.804.601,62

Continua...



Centro de Estudos e Pesquisas
"Dr. João Amorim"

CNPJ nº 66.518.267/0008-50

m'bol mirim
HOSPITAL MUNICIPAL
DR. MOYSÉS DEUTSCH
ORGANIZAÇÃO SOCIAL

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2015	2014 (REAPRESENTADO)
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	4.690.087,27	3.905.148,26
Obrigações Trabalhistas	11	4.209.099,13	4.043.607,85
Obrigações Sociais e Fiscais	12	2.819.257,28	2.329.642,06
Empréstimos Bancários	13	9.706.353,51	2.228.299,20
Contas a Pagar		1.600.051,55	1.073.947,99
Provisões para Férias e Encargos		7.553.860,62	6.054.919,56
		30.578.709,36	19.635.564,92
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisões para Contingências	14	544.710,84	660.822,17
Bens Públicos em nosso poder	15	8.110.037,28	9.938.294,75
		8.654.748,12	10.599.116,92
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		(17.430.080,22)	(19.686.559,26)
Superávit / (Déficit) do Exercício		(9.905.457,46)	2.256.479,04
		(27.335.537,68)	(17.430.080,22)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.897.919,80	12.804.601,62



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(em Reais)

	Notas	2015	2014
RECEITAS LÍQUIDAS		124.268.184,57	118.188.292,55
Contrato de Gestão	17	125.289.124,65	118.188.292,55
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.h	(1.020.940,08)	-
CUSTOS		(129.570.042,31)	(113.988.770,25)
Pessoal e Reflexo	19	(85.162.793,59)	(75.355.272,64)
Serviços Terceirizados	20	(24.257.259,62)	(20.948.910,48)
Medicamentos e Materiais de Consumo	21	(20.149.989,10)	(17.684.587,13)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	27	(19.407.093,98)	(18.088.900,10)
(-) Isenção da CPP Usufruída	27	19.407.093,98	18.088.900,10
(=) RESULTADO BRUTO		(5.301.857,74)	4.199.522,30
DESPESAS		(4.374.927,87)	(3.355.551,00)
Impostos, Taxas e Contribuições		(212.231,48)	(222.119,19)
Despesas Gerais	22	(3.946.976,96)	(2.922.052,85)
Gratuidades e Voluntariado		(7.049,04)	-
Provisões para Contingências		(208.670,39)	(211.378,96)
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS		852.851,29	1.747.112,31
Receitas com Doações		186.346,98	8.774,00
Outras Receitas		666.504,31	1.738.338,31
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		(8.823.934,32)	2.591.083,61
RESULTADO FINANCEIRO	18	(1.081.523,14)	(334.604,57)
Receitas Financeiras		60.753,30	79.375,83
(-) Despesas Financeiras		(1.142.276,44)	(413.980,40)
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		(9.905.457,46)	2.256.479,04



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit)	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2014 (REAPRESENTADO)	(12.917.310,73)	(6.769.248,53)	(19.686.559,26)
Incorporação do Déficit Anterior	(6.769.248,53)	6.769.248,53	-
Superávit do Exercício	-	2.256.479,04	2.256.479,04
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (REAPRESENTADO)	(19.686.559,26)	2.256.479,04	(17.430.080,22)
Incorporação do Superávit Anterior	2.256.479,04	(2.256.479,04)	-
Déficit do Exercício	-	(9.905.457,46)	(9.905.457,46)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(17.430.080,22)	(9.905.457,46)	(27.335.537,68)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(em Reais)

	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / (Déficit) do Exercício	(9.905.457,46)	2.256.479,04
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	66.332,46	(167.958,73)
Adiantamentos a Empregados	(68.571,65)	(61.319,97)
Outros Créditos	(1.196.214,51)	(161.878,69)
Estoques	54.633,58	(74.124,19)
Despesas Antecipadas	(30.805,02)	(67.389,04)
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	784.939,01	(3.861,95)
Obrigações Trabalhistas	165.491,28	183.054,11
Obrigações Sociais e Fiscais	489.615,22	(200.823,10)
Provisões para Férias e Encargos	1.498.941,06	(57.010,23)
Provisões para Contingências	(116.111,33)	112.822,17
Bens Públicos em nosso poder	8.110.037,28	-
Outras Obrigações	526.103,56	(61.080,58)
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	378.933,48	1.696.908,84
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobiliz./Intang. pertencente à Gestão Pública	1.020.940,08	-
Caixa líquido consumido nas Atividades de Investimento	1.020.940,08	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado	(1.020.940,08)	-
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	7.478.054,31	(1.552.199,36)
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(8.099.880,14)	(10.242,01)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	(1.642.765,91)	(1.562.441,37)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	(242.892,35)	134.467,47
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades no Início do Exercício	250.962,97	116.495,50
Disponibilidades no Final do Exercício	8.070,62	250.962,97
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	(242.892,35)	134.467,47



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(em Reais)

1. **CONTEXTO OPERACIONAL**

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade filantrópica de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, portadora do Certificado do COMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) de nº 646/2003, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83.

O **CEJAM** qualificado como Organização Social, em parceria com a **Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein - SBIBHAE**, através do Contrato de Gestão nº 004/2008 SMS.G/NTCSS firmado com a **Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo** em 07 de fevereiro de 2008, vem desenvolvendo ações e serviços de saúde no **Hospital Municipal M'Boi Mirim ("Hospital Municipal Dr. Moysés Deutsch")** com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde.

Em 07 de fevereiro de 2011, através do Termo Aditivo nº 006/2011 SMS.G/NTCSS, ocorreu a renovação do prazo de vigência do contrato por mais três anos. No exercício de 2015 sua prorrogação ocorreu através do Termo Aditivo nº 012/2015 até 06 de agosto de 2015 e através do Termo Aditivo nº 013/2015 até 31 de dezembro de 2015.

Para o exercício de 2016, o Termo Aditivo nº 018/2016-SMS.G/NTCSS, de 14 de abril de 2016, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 31 de dezembro de 2016, com recursos no montante anual de R\$ 154.620.977,02 para custeio.

A Entidade, para fazer frente ao déficit e passivo a descoberto, vem buscando a manutenção e repactuação da parceria municipal, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade.

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade para pequenas e médias empresas (CPC PME), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002, e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

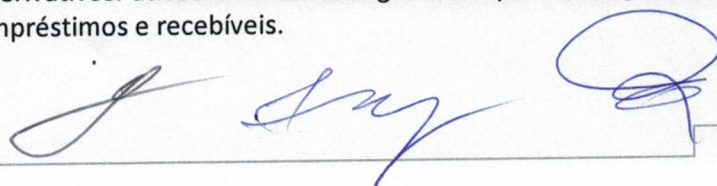
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.





- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2015 e 2014.

3.b) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

3.c) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2015 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2014. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
 - Benfeitorias: 3 anos;
 - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
 - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
 - Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos;
 - Equipamentos de informática: 5 anos;
 - Móveis e utensílios: 10 anos.

3.d) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.



3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.g) Patrimônio social:

Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.h) Receitas:

As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.i) Despesas

As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.



3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Caixa	100,00	100,00
Fundo Fixo de Caixa	2.000,00	2.000,00
	2.100,00	2.100,00

5. BANCOS – CONTAS MOVIMENTO

	2015	2014
Banco Santander (Brasil) S.A.	5.970,62	248.862,97
	5.970,62	248.862,97

6. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

	2015	2014
Adiantamentos de Férias	371.720,28	303.148,63
	371.720,28	303.148,63



7. ESTOQUES

	2015	2014
Medicamentos	428.532,19	526.418,27
Materiais de Uso dos Pacientes	719.435,37	629.137,71
Gêneros Alimentícios	54.490,77	53.944,48
Produtos de Limpeza	51.871,99	47.685,90
Materiais de Manutenção	40.567,27	37.015,42
Rouparia	36.566,63	70.908,40
Outros Materiais de Consumo	107.535,70	128.523,32
	1.438.999,92	1.493.633,50

8. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2015	2014
Benfeitorias	33%	2.895.173,63	2.895.173,63
Máquinas e Equipamentos	10%	1.335.799,98	1.291.885,45
Equipamentos de Uso Médico	10%	15.292.770,94	15.156.060,77
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	10%	281.897,21	259.416,46
Equipamentos de Informática	20%	1.816.848,21	1.737.344,66
Móveis e Utensílios	10%	3.942.716,27	3.731.588,45
(-) Depreciação Acumulada		(17.574.887,15)	(15.262.214,69)
		7.990.319,09	9.809.254,73

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. INTANGÍVEL

INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2015	2014
Direito de Uso de Sistemas	20%	1.830.090,01	1.778.046,81
(-) Amortização Acumulada		(1.710.286,92)	(1.638.764,75)
		119.803,09	139.282,06



10. FORNECEDORES

	2015	2014
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	2.166.566,01	1.537.472,12
Fornecedores de Imobilizado	-	7.600,51
Fornecedores de Serviços – Pessoas Jurídicas	2.406.144,56	2.256.539,23
Fornecedores de Serviços – Pessoas Físicas	117.376,70	103.536,40
	4.690.087,27	3.905.148,26

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2015	2014
Salários a Pagar	4.179.022,85	4.029.740,64
Rescisões a Pagar	20.674,07	-
Pensões Alimentícias a Pagar	9.402,21	13.867,21
	4.209.099,13	4.043.607,85

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2015	2014
INSS a Recolher	382.022,81	294.837,71
FGTS a Recolher	674.410,18	543.631,94
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	18.826,77	-
PIS s/ Folha de Pagamento a Recolher	108.433,61	92.229,04
IRRF a Recolher	1.579.984,54	1.340.071,66
CSRF a Recolher	28.490,24	42.908,88
INSS Retido de PJ a Recolher	18.244,53	12.519,13
ISS Retido na Fonte a Recolher	8.844,60	3.443,70
	2.819.257,28	2.329.642,06



13. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

	2015	2014
Banco Santander (Brasil) S.A.	9.706.353,51	2.228.299,20
	9.706.353,51	2.228.299,20

A entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com os Bancos Santander e Bradesco, com limites máximos de R\$ 7.000.000,00 e R\$ 4.000.000,00, para garantir suas operações em caso de insuficiência de caixa. A taxa juros pós-fixadas equivale a 0,45% a.m. no Santander e 0,56% a.m. no Bradesco, acrescida do CDI.

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2015	2014
Provisões para Contingências Trabalhistas	544.710,84	660.822,17
	544.710,84	660.822,17

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

As provisões trabalhistas foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos do hospital quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

A entidade está envolvida em outros processos trabalhistas avaliados com perda possível no montante de R\$ 690.000,00 (em 2014 R\$ 372.000,00), sem provisão constituída.



15. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 8.110.037,28 em 2015 e R\$ 9.938.294,75 em 2014, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

16. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS EM 2014

A Entidade, em referência à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/2012, que define que subvenções governamentais devem ser apresentadas como receita diferida, em conta específica do Passivo, reclassificou do Patrimônio Líquido para o Exigível em Longo Prazo, da rubrica "Bens de Gestão Pública" para rubrica "Bens públicos em nosso poder", respectivamente, os valores correspondentes ao anteriormente classificado no "Patrimônio Líquido". Os efeitos retroativos ao exercício de 2014 estão reclassificados e reapresentados no balanço patrimonial e na demonstração da movimentação do patrimônio.

17. RECEITAS COM CONTRATO DE GESTÃO

	2015	2014
Contrato de Gestão 004/2008 (Hospital Mun. M'Boi Mirim)	125.289.124,65	118.188.292,55
	125.289.124,65	118.188.292,55

Em dezembro de 2015 a entidade recebeu um aporte no valor de R\$ 4.500.000,00 a título de reforço financeiro para cobertura do 13º salário dos colaboradores, conforme Termo Aditivo nº 016/2015-SMS.G/NTCSS, de 22 de setembro de 2015.



18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2015	2014
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	14.916,42
Descontos Obtidos	60.753,30	64.459,41
(-) Juros Bancários	(1.061.699,00)	(337.918,93)
(-) Tarifas Bancárias	(27.115,17)	(7.310,10)
(-) Juros e Mora Comerciais	(30.008,98)	(935,27)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(23.453,29)	(67.816,10)
	(1.081.523,14)	(334.604,57)

19. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO

	2015	2014
Remunerações	74.833.537,48	65.357.786,38
Benefícios	3.412.346,06	3.789.448,36
Encargos Sociais	6.916.910,05	6.208.037,90
	85.162.793,59	75.355.272,64

20. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2015	2014
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	22.786.825,88	19.689.153,30
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	1.468.325,74	1.215.078,72
Bolsistas e Estagiários	2.108,00	44.678,46
	24.257.259,62	20.948.910,48

21. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2015	2014
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	13.736.704,66	12.020.265,71
Materiais de Consumo	3.408.502,24	3.159.191,44
Materiais de Conservação e Reparos	608.142,21	537.856,24
Outros Materiais e Insumos	2.396.639,99	1.967.273,74
	20.149.989,10	17.684.587,13



22. DESPESAS GERAIS

	2015	2014
Contas de Consumo (Água, Energia Elétrica e Telefone)	3.031.749,87	2.091.436,96
Aluguéis (Móveis, Equipamentos e Aparelhos)	242.766,31	258.309,75
Administrativas	208.092,59	144.798,68
Eventos	10.138,16	1.881,00
Reformas e Benfeitorias	-	22.200,00
Bens não Imobilizados	179.402,11	150.451,61
Outras Despesas Gerais	274.827,92	252.974,85
	3.946.976,96	2.922.052,85

23. PARTES RELACIONADAS

O Hospital Municipal Dr. Moysés Deutsch - M'Boi Mirim, mantém operações com o CEJAM e Hospital Albert Einstein decorrentes de um contrato de Gestão Hospitalar firmado em 07 de fevereiro de 2008, com vigência validada por termos aditivos de prorrogação de prazos.

As transações ocorridas no período se referem basicamente ao reembolso dos recursos desembolsados pelo Hospital Albert Einstein, relacionados à folha de pagamento de profissionais ligados à gestão. Em função de terceirização do serviço laboratorial, existem também valores vinculados às análises clínicas realizadas no Hospital Albert Einstein. Estas cobranças respeitam a tabela do SUS, estando assim distribuídas:

	2015	2014
Gestão Hospitalar (Reembolso de folha de pagamento)	2.527.277,66	2.135.560,74
Serviços Laboratoriais (Análises Clínicas e Patológicas)	2.921.538,26	2.285.356,16
	5.448.815,92	4.420.916,90

24. COBERTURAS DE SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

25. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

26. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

O CEJAM possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) sob o número 25000.115009/2010-25/MS, com validade até 29 de novembro de 2010 e que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado.

Em 06 de julho de 2010 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde. Em 19 de janeiro de 2012, o CEJAM recebeu do Ministério da Saúde o ofício Nº 1092/2011/CGCER/DCEBAS/SAS/MS informando que este departamento entendeu que a atividade preponderante do CEJAM estaria enquadrada na área de assistência social e portando seu pedido de renovação do CEBAS deveria ter sido realizado junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em 01 de fevereiro de 2012, o CEJAM protocolou no Ministério da Saúde o processo administrativo solicitando que fosse anulado o reconhecimento da atividade preponderante enquadrada na área de assistência social e que fosse reconsiderada a atividade preponderante relacionada à saúde e fosse reconsiderado o seu pedido de renovação do CEBAS pelo Ministério da Saúde.

Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o processo nº 25000.196436/2015-19.

Conforme Decreto nº 7.237/2010, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte:

"Art. 8º - O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova para a certificação até o julgamento do processo pelo Ministério Público. A validade do protocolo e sua tempestividade serão confirmadas pelo interessado mediante consulta da tramitação processual na página do Ministério responsável pela certificação na rede mundial de computadores".





A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2015 e 2014. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM.

Além disso, a entidade cumpre os seguintes requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social:

- I. Não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- II. Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- III. Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- IV. Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- V. Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- VI. Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- VII. Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- VIII. Apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.



27. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2015 foi de R\$ 19.407.093,98 (em 2014 de R\$ 18.088.900,10) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2015	2014
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	19.104.342,12	17.850.218,64
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	302.751,86	238.681,46
	19.407.093,98	18.088.900,10
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(19.104.342,12)	(17.850.218,64)
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(302.751,86)	(238.681,46)
	0,00	0,00

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.196436/2015-19.

28. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.



Em atendimento a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2015, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.


- COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo)
- CSLL incidente sobre o superávit: 9%


Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2015 foi de R\$ 3.728.045,54 (em 2014 R\$ 3.748.731,89), distribuída da seguinte forma:

	2015	2014
RENÚNCIA FISCAL		
Cofins	3.728.045,54	3.545.648,78
CSLL	Não aplicável	203.083,11
	3.728.045,54	3.748.731,89

São Paulo, 31 de dezembro de 2015.


Dr. Fernando Proença de Gouvêa
Superintendente


Dr. Antonio da Silva Bastos Neto
Diretor Geral


Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3